

FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008. 208 p.

Resenhado por Clara da SILVA

Fala-se em *contato lingüístico* para referir-se àquela situação em que línguas ou dialetos influenciam-se mutuamente, seja pela proximidade geográfica, seja pela proximidade social. Um dos resultados desse contato lingüístico pode consistir na simples adoção de palavras (*empréstimo*), mas pode também afetar a fonologia e a gramática ou, inclusive, misturar as línguas, gerando os chamados *pidgin* e *crioulo*. Um pidgin é um sistema de comunicação rudimentar criado por falantes que não têm uma língua em comum. Os pidgins se tornam crioulos quando passam a ser a língua materna de uma comunidade. Nem sempre o contato lingüístico acontece em condições de igualdade. Quando é conseqüência de uma relação de dominação, seja política, seja econômica, como no caso dos povos conquistados ou grupos escravizados, a língua do dominador pode ser chamada de superstrato, e a do dominado, de substrato. Cabe se perguntar o que aconteceu no caso do contato entre as línguas africanas faladas pelos escravos e o português, língua de prestígio, porque falada pelos donos brancos. Restaram traços, no português brasileiro, desse contato? “Identificar os eventuais traços lingüísticos do português brasileiro que podem ser atribuídos ao contato com as línguas africanas que aqui aportaram no período da colonização” é o objetivo do livro *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*, publicado pela Editora Contexto em 2008. Segundo declaram os organizadores no prefácio, José Luiz Fiorin e Margarida Petter, a empresa justifica-se por ser uma área carente de bibliografia. Os autores são pesquisadores brasileiros (Tânia Alkmin, Esmeralda Vailatti Negrão, Evani Viotti e Margarida Petter) e franceses (Emilio Bonvini, Jean-Louis Rougé, Bernard Caron e Nicolas Quint). Todos eles fazem parte do projeto *A participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro*, apoiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e pelo COFECUB (Comité Français d’Evaluation de la Coopération Universitaire e Scientifique avec le Brésil).

Emilio Bonvini é o autor do primeiro capítulo, *Línguas africanas e português falado no Brasil*. Entre os temas discutidos, destacam-se influência africana *versus* criouliização, a enumeração e classificação das línguas africanas (um terço das línguas do mundo), os ciclos do tráfico, as línguas africanas do tráfico, as línguas dos cativos e o português falado pelos escravos. Para o autor, o primeiro passo ao se pesquisar sobre o tema é perguntar sobre o que se sabe das línguas faladas pelos escravos no Brasil e se há testemunhos escritos sobre elas. Para responder ao questionamento, o autor analisa obras publicadas em diferentes momentos: 1697, uma gramática da língua quimbundo; 1731-1741, um manual, destinado aos “senhores de escravos, e hinda que não tem”, sobre uma língua mina; e duas obras sobre o plurilingüismo africano no Brasil, uma de 1826 e outra de 1890. No que diz respeito ao português falado pelos escravos africanos, é analisada uma publicação de 1897, apesar de as referências serem reduzidas, como esclarece o pesquisador. Com a abolição da escravatura (1888), houve um declínio progressivo e a posterior extinção das línguas africanas, deslocadas pelo uso estendido do português. A nova situação acabou com a alternância de códigos entre a língua portuguesa e as antigas línguas veiculares (quimbundo, mina, iorubá). Essas línguas foram “refuncionalizadas”, passando a ser usadas como línguas culturais ou como línguas “secretas”. Por volta dos anos 1970, desenvolveu-se um processo chamado de “reafricanização”, que consistiu na hiper-valorização da língua iorubá. Esse processo foi favorecido por um aumento do turismo para a Nigéria e transmissões televisivas de cultos afro-brasileiros e nigerianos. Convencidos de que usar o iorubá como língua nos cultos era mais autenticamente africano, vários “pais-de-santo” alinharam seus rituais ao modelo nigeriano. Ignoravam que a realidade histórica brasileira era mais complexa e que as línguas culturais não se reduzem ao iorubá. A conclusão do autor é que ainda está por ser feito o estudo sistemático da maneira como os negros brasileiros escravos falavam o português. Na seção intitulada *Para uma abertura teórica e metodológica*, o autor discute o *status* da língua falada pelos escravos brasileiros: língua crioula ou não? O autor argumenta a favor da existência de alternância de códigos na qual o português “serve constantemente de pólo de referência em relação às línguas africanas que se sucederam, geralmente a título de língua veicular” (p. 52-53).

O capítulo dois, *A inexistência de crioulo no Brasil*, constitui um avanço da tese defendida pelo pesquisador francês Jean-Louis Rougé. O autor inicia apresentando as dificuldades que cercam o tema das línguas crioulas, a começar pela definição. Rougé esclarece que seu critério para considerar como crioulo um determinado sistema lingüístico é a constatação de ter havido ruptura tipológica com uma língua “mãe” ou “lexificadora”, geralmente uma língua européia falada pelos colonizadores, escravocratas ou portadores de uma ou de ambas as qualidades. Esse será seu argumento básico para rejeitar a crioulação do português falado pelos escravos africanos, no qual não teria havido ruptura tipológica com o português padrão. Rougé prefere interpretar as variantes faladas pelos escravos como sistemas transicionais, ou seja, interlínguas, com interferências, sobretudo no nível fonológico, das línguas de substrato. O artigo toma como ponto de partida a situação lingüística da ilha de São Tomé, no golfo da Guiné, perto das costas africanas. Nessa ilha, existiram línguas crioulas, fruto de uma longa história de colonização e escravidão, da qual o autor oferece um panorama resumido. Como o foco de sua análise é o português dos tongas, falado atualmente, o autor analisa a fonética, a morfossintaxe e o léxico para demonstrar que esse sistema lingüístico não é um crioulo porque não houve ruptura tipológica com o português. Rejeita, também, a possibilidade de considerar o português de São Tomé um produto de um processo de descrioulização. Conclui propondo que o português vernáculo do Brasil também não pode ser considerado um crioulo, como muitos pesquisadores têm sustentado.

No capítulo três, *A realização do sujeito em português do Brasil: deriva versus crioulação*, Nicolas Quint analisa a posição de sujeito no português brasileiro. Quint defende que o preenchimento da posição de sujeito nessa língua, mediante pronomes sujeitos, é consequência da deriva lingüística e não de processos de crioulação. Para respaldar sua proposta, compara o português com o que acontece nas restantes línguas românicas, as quais, dependendo da proximidade ou distância da região de origem do latim, mantêm ou reduzem o paradigma sintético pessoal do verbo. A proximidade explicaria a tendência do português europeu (variedade central) a favorecer construções com sujeito nulo (variante conservadora), enquanto o português brasileiro (variedade periférica) prefere formas inovadoras que recorrem ao uso de

pronomes pré-verbais como marcas adicionais de sujeito, diminuindo o número de marcas pessoais sintéticas. Para reforçar sua argumentação, Quint recorre a comparações com o espanhol peninsular (variedade central, conservadora) e o espanhol da Argentina (variedade periférica, inovadora). O espanhol peninsular mantém todas as marcas pessoais sintéticas herdadas do latim, ao passo que, no espanhol da Argentina, perde-se a forma verbal que corresponde à segunda pessoa do plural, *vosotros* (p. 78-79). Quando Quint atribui apenas ao espanhol da Argentina a perda da forma verbal correspondente a *vosotros*, parece não considerar ser essa uma das características que costuma ser alegada como diferenciadora entre o espanhol americano e o europeu.<sup>1</sup> Aliás, conforme lingüistas espanhóis, talvez a variante “inovadora” tenha chegado da Espanha nos barcos dos colonizadores.<sup>2</sup>

O capítulo quatro, de Bernard Caron, intitula-se *As línguas vernáculas urbanas na África: o caso do sheng*. O objetivo do texto é identificar as línguas urbanas africanas, descrever seus traços em comum e estudar, com mais detalhe, o *sheng*, língua falada em Nairóbi, em expansão para as áreas rurais. O autor explica que, desde os anos 70, assiste-se, na África, ao surgimento e expansão de línguas faladas essencialmente pelos jovens. Um dos fatores que pode explicar tal fenômeno é a urbanização crescente, que favorece a mistura de pessoas de idades mais variadas, de diversas culturas, línguas e religiões, tendo elas, em comum, as difíceis condições de sobrevivência a que são expostas. As línguas urbanas surgidas nesse contexto provêm, aos jovens, um forte laço identitário, porque lhes permite se diferenciar das gerações mais velhas, do modo de vida rural e das elites. Em sua origem, essas línguas estavam ligadas ao mundo da delinqüência, mas foram ganhando espaços até se converter em um socioleto das áreas urbanas, para acabar conquistando toda a sociedade. O esqueleto gramatical do *sheng* é o banto, com contribuição muito importante do suaíli e

<sup>1</sup> “En gran parte de la América hispana *vosotros* ha sido sustituido por *ustedes*, y solo aparece en estilo declamatorio o notoriamente afectado. Puede decirse que se ha consolidado *ustedes* como plural normal de *tú*.” (Gili Gaya, 1970, p. 173).

<sup>2</sup> “[...] en el mediodía (en Andalucía y en Canarias) los plurales *vosotros*, *-as* han sido sustituidos por *ustedes*. La confusión en América, de *tú* y *vos* y la total eliminación de *vosotros*, ha originado un uso diferente, que sobre todo tiene consecuencias en las formas de la conjugación verbal.” (Alarcos Llorach, 1995, p. 77).

empréstimos de diversas línguas, sobretudo do inglês; mas o sheng caracteriza-se por ter inovações próprias, que fazem dele um sistema lingüístico original e autônomo. O autor discute se o sheng deveria ser considerado uma língua mista ou híbrida, um pidgin ou um crioulo, bem como analisa os conflitos provocados pelo surgimento do sheng nas áreas do ensino. Esses conflitos devem-se ao fato de os jovens serem mais competentes no uso da língua urbana que na língua escolar (francês padrão na Costa de Marfim; suaíli no Quênia).

No capítulo quinto, *Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil*, Emilio Bonvini defende que esses vocábulos são empréstimos. O capítulo está organizado em duas seções. Na primeira, Bonvini esboça o histórico da presença de palavras de origem africana no português do Brasil, baseado “em documentos certificados e datados”. Segundo o autor, nos trabalhos de pesquisadores anteriores, faltavam provas verdadeiramente históricas para sustentar que esses vocábulos eram produto da “influência” de línguas africanas, de processos de “crioulização” ou “semicrioulização” do português brasileiro. Na segunda parte, Bonvini analisa a configuração semântica desses empréstimos, para destacar seu grau de inovação.

No capítulo seis, *Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje*, Tania Alkmin e Margarida Petter fazem um levantamento de vocábulos de origem africana em registros de estudiosos dos séculos XIX e XX. O *corpus* do trabalho foi constituído a partir de uma pesquisa considerada como o mais completo dos registros do léxico de origem africana no Brasil: *Falares africanos na Bahia (um vocabulário afro-brasileiro)*, de Yeda Pessoa de Castro (2001). Como resultado final, a autora aponta o registro de 3.517 vocábulos de origem africana, classificados de acordo com sua origem, banta, iorubá, fon e de formação brasileira. Os agrupados sob a etiqueta de *formação brasileira*, em geral, são decalques de línguas africanas. Segundo os contextos sociolingüísticos em que aparecem, foram organizados em cinco níveis: 1) linguagem religiosa dos candomblés da Bahia ou língua de santo; 2) linguagem usual do povo de santo; 3) linguagem popular da Bahia; 4) linguagem cuidada e corrente, familiar na Bahia; e 5) português do Brasil em geral. As autoras comparam os dados de seu *corpus* com inventários feitos por autores dos séculos XIX e XX, para saber quais vocábulos continuavam sendo usados, quais desapareceram e se houve mudanças no

significado em seu uso atual. Concluem que muitos dos vocábulos desapareceram da língua falada e outros são desconhecidos ou de uso restrito. Aqueles que se referem ao mundo da escravidão permaneceram na língua escrita, nos documentos do passado. Alguns vocábulos *do corpus* já são mencionados no texto do visconde de Pedra Branca (1826), importante porque ali aparecem as primeiras reflexões sobre o português brasileiro: caçula, cochilar, molambo, mandinga, muxiba, muxoxo, quitanda, quitute, senzala, xingar... É muito interessante a história da palavra gibi, do étimo fon (wi)wíwí “negrinho”. Gibi foi uma revista em quadrinhos, publicada pela primeira vez em 1939, que trazia na capa o desenho de um menino negro. A palavra passou, com o tempo, a ser sinônimo desse tipo de publicação.

Finalmente, Esmeralda Vailati Negrão e Evani Viotti, no capítulo sete, Estratégias de impessoalização no português brasileiro, descrevem as construções com alternância causativa em sentenças passivas sintéticas e em sentenças com indeterminação do sujeito. Em geral, o clítico *se* marca alteração da diátese verbal, uso que vem se perdendo no português brasileiro. As autoras estudam os efeitos de sentido provocados pela presença ou ausência do clítico *se* nas sentenças impessoais, propondo que esse processo de mudança na alternância impessoal no português brasileiro assemelha-se às sentenças formadoras de passivas em quimbundo, língua com a qual o português teve contato. Tal hipótese é contrária à sustentada pela maioria dos pesquisadores, que atribuem a perda de *se* a um processo geral de mudança em curso no português brasileiro, processo esse que estaria provocando a perda dos clíticos. Apesar de a hipótese da similitude entre as construções do português brasileiro com as do quimbundo ser defendida mediante uma linha argumentativa plausível, o leitor fica com muitas dúvidas. Não estariam as autoras, empolgadas pelas semelhanças, forçando a relação causa-efeito? Será mesmo que o contato do quimbundo com o português brasileiro favoreceu o aparecimento desse tipo de construções impessoais? O que acontece com esse tipo de construções no espanhol, uma língua irmã do português? As mesmas estratégias de impessoalização não podem ser usadas por comunidades de falantes que usam línguas tipologicamente diferentes? Por trás da diversidade das línguas, não há cérebros humanos com iguais possibilidades de processamento?

Cada capítulo contribui para um melhor conhecimento do tema estudado, destacando-se os dois textos de Bonvini, pela metodologia rigorosa, e o capítulo dedicado ao surgimento das línguas urbanas em África. Os autores empregam diversos termos técnicos (substrato, pidgin, crioulo, deriva, funtor, entre outros), não oferecendo esclarecimentos sobre eles, portanto, o livro tem como alvo um público especializado, demandando que seus leitores tenham, pelo menos, um conhecimento básico dos assuntos em foco.

REFERÊNCIAS

ALARCOS LLORACH, Emilio. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1995.

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GILI GAYA, Samuel. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona: Biblograf, 1970.

TRASK, Robert Lawrence. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

\*\*\*\*\*

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. 269p.

Resenhado por Gabriel Soares MACHADO

O olhar crítico sobre os fenômenos lingüísticos não é algo novo na área dos estudos da linguagem. No entanto, em relação aos diferentes *modos de dizer*, no que tange à importância do conceito de *ethos* para se compreenderem e interpretarem fenômenos lingüísticos, foram desenvolvidos poucos trabalhos em Análise do Discurso. Nesse sentido, acreditamos que a noção de *ethos* é um rico campo de investigação justamente por congrega diversos domínios de estudo. Nesta obra, as autoras têm por intuito, abordando múltiplos vieses, “alimentar debates” variados (p.8).

De linguagem clara e direta, o texto introdutório descreve a organização da obra. Dividida em partições, como recortes temáticos que facilitam a leitura, pois apontam de antemão os territórios em

que os textos irão transitar sob a perspectiva do *ethos*, esta publicação originou-se de debates do grupo Questões de Teoria e Análise em Análise do Discurso (QTAAD/CNPq), sediado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp). O livro está organizado em seis partes, a saber: *A noção de ethos discursivo; Memória, criação e estilo; A política e o dizer sobre si; Identidades e corpos contemporâneos; A objetividade (im)possível – no jornalismo e na ciência e Polêmicas instituídas e deslocamentos de sentido*. Entre seus 18 textos, destaco sete, para ilustrar a compilação. A primeira parte da obra, *A noção de ethos discursivo*, é constituída por um artigo teórico de Dominique Maingueneau, que desenvolve observações com o intuito de compreender melhor o que, para o discurso, está em jogo na noção de *ethos*. Dada sua importância singular dentro da obra, uma vez que é citado pela maior parte dos textos reunidos, e até mesmo por trazer o conhecimento *introdutório* da noção de *ethos* no discurso, dedicarei atenção especial a esse trabalho, após apresentar os textos selecionados.

O texto *Ethos e estilo*, de Norma Discini, encontrado na segunda parte do livro, mostra o *ethos* como fundamento da noção de estilo. A autora defende que, para o estudo do estilo, interessa a observação dos recursos recorrentes utilizados pelo enunciador para a arte de persuadir; em outras palavras, o caráter moral do orador é o ponto de partida para que se evidencie o estilo. Dessa forma, a fim de descrever o estilo, não se busca o belo ou o mais desviante de uma norma, pois o que interessa é descrever “o homem” como efeito de identidade a ser inferido de uma totalidade de textos. O estilo, nesse contexto, não pode ser entendido como fator unicamente individual, justamente por só ser individual na medida em que é social, um confronto do *eu* com o *outro*, ambos inscritos nos respectivos contextos (p. 34).

No capítulo *A multiplicação dos ethe: a questão da heteronímia*, de José Luiz Fiorin, ainda na segunda parte do livro, a noção de *ethos* é dissociada da imagem do narrador. Segundo Fiorin, analisar uma obra na sua individualidade representa captar apenas a imagem do narrador, o que não necessariamente corresponderia ao *ethos* do enunciador, ao passo que, para se obter o *ethos* de quem enuncia, é necessário observar a totalidade de sua obra. Nessa perspectiva, Fiorin analisa a questão da heteronímia como a ausência de unidade no conjunto da obra do autor, pois aparecem diferentes



autores implícitos, e, conseqüentemente, diferentes *ethes*. Assim sendo, os conhecidos heterônimos de Fernando Pessoa – Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos, além do próprio *Pessoa ele-mesmo* (o ortônimo) –, são analisados em seus *ethe* e suas posições no campo discursivo literário, conduzindo ao raciocínio de que a heteronímia é uma maneira de o enunciador criar diferentes *ethe*, situando-se simultaneamente em posições distintas, em um dado campo discursivo.

Na terceira parte da obra, no capítulo *Entre o artístico e o político*, Ana Raquel Motta desenvolve uma análise do *ethos* no movimento artístico, político e cultural do rap brasileiro. Segundo Motta, o tom agressivo, realista e viril que esses enunciadores apresentam de si, quando enunciam, de certo modo possui um componente anterior e até independente da enunciação, uma vez que remetem a aspectos físicos, econômicos e geográficos. As letras analisadas do grupo Racionais MC's permitem inferir que é preciso “ser e estar periferia” para ser autorizado a fazer o verdadeiro rap. Isso constitui um tensionamento da teoria de *ethos* discursivo, pois indica traços da pessoa real aprovada para ocupar esse lugar e proferir esses enunciados, uma espécie de pré-requisito não escolhido pelo indivíduo, como local e condição social do nascimento (p.99).

No texto *O ethos do homem nu na imprensa homo-erótica*, inscrito na quarta parte da obra, Graziela Zanin Kronka examina a temática discursiva de corpos a partir da encenação da nudez em revistas voltadas ao público homossexual masculino, nas quais é evidenciada a construção, ou reforço, da imagem de um homem digno de figurar nas páginas dessas publicações. A autora destaca, por meio de recursos verbais e visuais utilizados por essas revistas, o privilégio do estereótipo do homem másculo e viril, aparentemente rejeitando o homem delicado e frágil. Assim, segundo Zronka, a maneira de ser é construída a partir do *ethos*, ou melhor, as revistas, por expor “uma maneira de dizer e uma maneira de se apresentar, que remetem a uma maneira de ser”, levam os leitores a assimilar esse estereótipo (p.167).

O texto *Considerações sobre o ethos do sujeito jornalista*, de Jauranice Rodrigues Cavalcanti, na quinta parte do livro, traz uma análise investigativa da maneira de dizer relacionada à maneira de ser do sujeito jornalista. A partir de textos publicados na *Folha de S.*

Paulo, sobre o Fórum Social Mundial, a autora assinala, pelas escolhas lexicais dos jornalistas, o lugar social e ideológico de onde enunciam. Ficam evidentes as posições favoráveis ou não, em relação ao evento. Rompendo com o conceito de neutralidade do campo jornalístico, a autora defende que esse tipo de discurso constrói o *ethos* de um sujeito que procura fazer o leitor aderir à sua visão sobre o evento, aquela que arquiteta com o seu discurso.

No texto “*Gato escaldado morre*” – *Provérbios alterados, ethos e humor*, na sexta parte da obra, Márcio Antônio Gatti analisa uma lista de provérbios alterados que, devido às alterações, penetram no gênero humorístico, porém não perdendo o aspecto formal de *sabedoria/autoridade* característico desse tipo de discurso. Segundo Gatti, como o humor é estereotipado pela sociedade como um discurso *crítico*, pode então difundir verdades. Nesse sentido, evidencia-se que o enunciador dessa lista de provérbios alterados, por sua posição humorístico-crítica, veicula *novas verdades* corroboradas por um *ethos* de “*autoridade*” (p. 261).

Do conjunto dos textos presentes no livro, enfatizo a importância do capítulo teórico *A propósito do ethos*, do pesquisador de destaque internacional na análise do discurso Dominique Maingueneau. Cabe ressaltar que não é fortuita a posição de destaque do trabalho, ocupando a totalidade da primeira parte do livro. Nesse texto, Maingueneau defende a idéia de que a noção de *ethos*, por ser essencialmente prática, obriga sempre a inscrevê-la em uma problemática precisa para poder ser explorada. Com base na visão do autor, fica fácil a percepção de que determinada abordagem, seja ela qual for, ocasiona privilégios dessa ou daquela perspectiva em função do *corpus* e dos objetivos de uma pesquisa. Em face do exposto, o leitor pode compreender o motivo pelo qual o livro é organizado por diferentes vieses.

Maingueneau inicia apresentando um breve percurso histórico-descritivo da reflexão sobre *ethos*, iniciada em meados dos anos 1980, quando o assunto assumiu primeiro plano enquanto área de interesse. O autor relaciona o crescente interesse pelo *ethos* a uma evolução das condições do exercício da palavra publicamente proferida, ou melhor, à publicidade, que caminha lado a lado com o processo de persuasão. Maingueneau aponta como obstáculo ao trabalho com a noção de *ethos* o fato de ela ser muito intuitiva e avalia ser por demais trivial a idéia de que, ao falar, um locutor

ativa em seus destinatários certa representação de si mesmo, procurando controlar essa representação.

Iniciando com a noção de *ethos* segundo a *Retórica* de Aristóteles, Maingueneau analisa que, tendo havido uma evolução temporal da palavra, ela não é mais condicionada pelos mesmos dispositivos da época clássica. Sendo assim, a noção de *ethos* é mais bem apreendida se tomada não como conceito único e estabilizado, mas como um ponto gerador de diversos desenvolvimentos possíveis. Em Aristóteles, o *ethos* relaciona-se à própria enunciação, consistindo em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, daí a ligação de *ethos* à argumentação/persuasão, portanto, a persuasão se daria somente quando o ouvinte identificasse uma equivalência entre o seu *ethos* e o do enunciador, percebendo *um dos seus* ali falando. Nada obstante, para Maingueneau, não se pode ignorar o fato de que o ouvinte também tem a capacidade de construir representações de *ethos* de um enunciador antes mesmo que esse enunciador fale, o chamado *ethos pré-discursivo*, a exemplo de pessoas previamente conhecidas, como as celebridades. Conforme o autor, outro problema ligado a essa noção advém da própria elaboração do *ethos*, pois interagem fatores de ordens muito diversas, uma vez que, por ser de natureza comportamental, o *ethos* articula o verbal e o não-verbal, como palavras, roupas e gestos, provocando, no destinatário, efeitos multissensoriais, interpretados diferentemente pelos indivíduos.

Maingueneau conclui que a problemática do *ethos* exige não uma simples decodificação dos enunciados, mas o exame da experiência sensível posta na comunicação discursiva. Propõe então uma concepção de *ethos* inscrita em um quadro de análise do discurso para além da persuasão por meio de argumentos, no sentido de que permita refletir-se sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um determinado discurso. Como exemplo, cita o texto publicitário, que busca a adesão de um público que tem o direito de ignorá-lo ou recusá-lo. Para Maingueneau, a comunicação verbal tem algo da *ordem da experiência sensível*. Suscita a adesão por meio de *uma maneira de dizer* que é também uma *maneira de ser*, acontecendo por uma mescla entre a cena da enunciação, na qual o *ethos* participa, e o conteúdo nela desdobrado.

*Ethos Discursivo* é uma obra que deve interessar principalmente aos estudiosos/pesquisadores da análise do discurso. Trazendo, de maneira clara, uma abordagem multifocal

sobre *ethos*, constitui um ótimo condutor para quem ainda não teve contato com esse conceito, elucidando a que se refere e em quais possíveis áreas transita. Para quem já aprecia a noção de *ethos*, a obra alarga o conhecimento sobre o assunto, oferecendo distintos vieses. Por apresentar o enunciador não como um lugar de origem exata, constante, imutável, que se expressa dessa ou daquela maneira, mas situando-o em uma globalidade semântico-interativa, “em uma instituição comunicativa inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos”, o livro contribui para manter a teoria do *ethos* em constante reformulação, aberta, dinâmica, e não estagnada em certezas pré-formuladas (p.167).